

RESPOSTAS ESPERADAS DA PROVA DISCURSIVA

O Centro de Seleção da Universidade Federal de Goiás coloca à disposição as **Respostas Esperadas Oficiais** das questões da prova discursiva de Conhecimentos Específicos do Cargo do Concurso Público do Tribunal de Justiça de Goiás/2007, cargo: escrevente judiciário III.

Essas respostas foram utilizadas como referência no processo de correção. Foram consideradas corretas, também, as respostas que se encaixaram no conjunto de idéias que corresponderam às expectativas da banca examinadora quanto à pertinência e à abordagem do conhecimento, bem como quanto à forma de elaboração das respostas. Respostas parciais também foram aceitas, sendo que a pontuação a elas atribuída correspondeu aos diferentes níveis de acerto.

— QUESTÃO 01 —

As três espécies de bens públicos previstas no Código Civil são os de uso comum do povo, os de uso especial e os dominicais ou dominiais (art. 99, I, II e III do CC). O efeito que esta classificação tem quanto à possibilidade de alienação desses bens dá-se na inalienabilidade dos bens públicos de uso comum do povo e de uso especial, enquanto conservarem esta qualificação (art. 100 do CC), e na alienabilidade dos bens dominicais ou dominiais, observadas as exigências da lei (art. 101 do CC).

(2,0 pontos)

— QUESTÃO 02 —

A principal diferença entre o ato jurídico nulo e o anulável está na impossibilidade de convalidação do primeiro, ao contrário do que ocorre quanto ao segundo. As hipóteses previstas no Código Civil em que o ato jurídico é nulo são aquelas elencadas no art. 166, quais sejam, quando:

- a) celebrado por pessoa absolutamente incapaz;
- b) for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto;
- c) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito;
- d) não revestir a forma prescrita em lei;
- e) for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade;
- f) tiver por objeto fraudar lei imperativa e
- g) a lei taxativamente o declarar nulo, ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção.

(2,0 pontos)

— QUESTÃO 03 —

As situações legalmente previstas em que não se procede à citação pelo correio são as elencadas nos arts. 221, 222, 224 e 231 do Código de Processo Civil, como se segue:

- a) nos casos de citação por meio eletrônico;
- b) nas ações de estado;
- c) quando for ré pessoa incapaz;
- d) quando for ré pessoa de direito público;
- e) nos processos de execução;
- f) quando o réu residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência;
- g) quando o autor a requerer de outra forma;
- h) quando frustrada a citação pelo correio;
- i) quando desconhecido ou incerto o réu;
- j) quando ignorado, não incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar;
- k) nos casos expressos em lei.

(2,0 pontos)

— QUESTÃO 04 —

As espécies de pena privativa de liberdade são: reclusão e detenção. A diferença está nos regimes de cumprimento que são: fechado, semi-aberto e aberto, sendo certo que a pena de reclusão pode ser iniciada em qualquer um dos regimes e a de detenção nos regimes semi-aberto ou aberto.

(2,0 pontos)

— QUESTÃO 05 —

O mandado de citação elaborado deverá conter os requisitos prescritos no art. 352 do Código de Processo Penal, quais sejam:

- a) O nome do juiz (fictício)
- b) O nome do réu (fictício)
- c) A residência do réu (fictícia)
- d) O fim para que é feita a citação
- e) O juízo e o lugar, o dia e a hora em que o réu deverá comparecer
- f) A subscrição do escrivão e a rubrica do juiz

(2,0 pontos)

Exemplo (Modelo) de Mandado de Citação

Juízo de Direito da _____ Vara Criminal da Comarca de _____

Mandado de Citação

O Exmo. Dr. Juiz de Direito da ____ Vara Criminal da Comarca de _____ (nome fictício) MANDA ao Sr. Oficial de Justiça, a quem esse for distribuído e apresentado que, em seu cumprimento, CITE o acusado (nome fictício ou se for ignorado, seus sinais característicos), residente e domiciliado à (endereço fictício), ou onde for encontrado, para, no dia __ do mês de ____ do corrente ano (ou ano fictício), comparecer a este Juízo, sediado à _____, nesta cidade, a fim de ser interrogado (ou qualificado, etc), na ação penal pública contra ele intentada (ou proposta), respondendo como incurso no crime previsto no art. 155 do Código Penal (furto), ficando desde logo citado a assistir à instrução criminal e acompanhar o referido processo até a sentença final e sua execução.

CUMPRA-SE, dando ciência ao Dr. Promotor Público.

Dado e passado em _____ (local e data). Eu, _____ (assinatura) escrevente, o datilografei. E eu, _____ (assinatura) escrivão, o subscrevi.

_____ (Rubrica do Juiz).